



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



Banca. Miguel Cadilhe quer melhorar solvabilidade da instituição

BPN só recebeu um terço do aumento de capital



Miguel Cadilhe, presidente do BPN, vai vender activos do grupo

Aumento de capital de 300 milhões só fica completo em Março

PAULA CORDEIRO

O Banco Português de Negócios (BPN) ainda não completou o seu aumento de capital de 300 milhões de euros. Até agora, só entraram na instituição 100 milhões e o aumento, designado por Operação Cabaz, só ficará concluído dentro de sete meses.

Questionada sobre o facto do BPN ainda não ter recebido os 300 milhões de euros resultantes do aumento de capital – ao contrário do que chegou a ser noticiado por alguma comunicação social –, fonte oficial da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), *holding* que detém o banco, explicou que a operação decorrerá em três *tranches*.

De acordo com o prospecto da Operação Cabaz, uma das primeiras medidas tomadas pelo novo presidente da SLN e presidente executivo do BPN, Miguel Cadilhe, o aumento de capital decorre em três momentos, ao longo de oito meses. A primeira *tranche* foi realizada a 8 de Agosto.

As duas seguintes sê-lo-ão em Outubro próximo e em Março de 2009. Tratam-se de *tranches* de montantes iguais, de um terço do valor total de 300 milhões de euros.

Assim, actualmente o BPN só conta com um reforço de 100 milhões de euros e terminará o ano, à partida, com apenas mais 200 milhões de euros, para reforçar os seus rácios de capital.

Segundo outras fontes, o BPN

BPN investigado

O Banco de Portugal abriu três processos de contra-ordenação à SLN, que detém o BPN, por alegadas irregularidades na **compra de ações próprias através de off-shores**, que não foram declaradas como tal, avançou, na semana passada, o *Jornal de Negócios*. Em causa está a actuação de um membro da anterior administração da SLN e BPN, liderada por José Oliveira Costa, cujo nome não foi avançado. O ex-presidente deixou o banco em Fevereiro último, alegando motivos de doença.

pretende que a entrada de novos acionistas no banco ocorra na subscrição das futuras parcelas de capital.

Mas Miguel Cadilhe tem ainda em marcha outras decisões estratégicas com vista a relançar o grupo e a resolver os problemas financeiros que enfrenta. Trata-se da venda de activos considerados não estratégicos, que neste momento estão a ser alvo de um processo de avaliação.

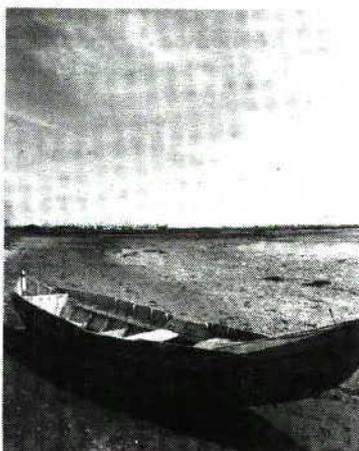
Segundo a mesma fonte oficial, “no âmbito do plano de reestruturação e valorização estão a ser equacionadas diversas operações patrimoniais que visam reforçar a solidez financeira do grupo e concentrá-lo nas áreas que geram mais valor e onde é possível retirar mais sinergias para o grupo”. Quanto às operações em questão, nada é adiantado, referindo-se apenas que “o grupo abrange activos e empresas de múltiplos sectores, muitos dos quais são vendáveis e têm compradores interessados”.

Além da área financeira, o universo de actuação da SLN, abrange negócios em sete áreas distintas, como o retalho automóvel, saúde, agro-alimentar, imobiliário, turismo, hotelaria e transportes. ■

Aveiro Governo "enterra" Marina da Barra devido à declaração de impacte ambiental

O projecto de construção da Marina da Barra que teve uma declaração de impacte desfavorável em finais de Dezembro de 2002, era secretário de Estado do Ambiente do Governo de Durão Barroso, José Manuel Martins, está "morto" segundo o PCP que ontem divulgou em conferência de imprensa uma carta do Ministério do Ambiente datado de 7 de Julho passado onde se afirma que "tendo este projecto sido objecto de Declaração de Impacte Ambiental desfavorável e dado que este tipo de declaração é vinculativa, o mesmo não poderá prosseguir".

O PCP considera, segundo João Frazão "estranhas declarações de responsáveis partidários, autárquicos e de diversas instituições, que do PS, quer do PSD, que apontam saídas que contrariam a posição oficial do Governo".



Projecto ocupava o leito da ria de Aveiro

"A afirmação de que o processo estaria nas mãos do primeiro-ministro, de que se estaria perto de obter uma autorização, ou de que só faltaria encontrar um interlocutor junto do Governo, para um projecto que está morto, parecem-nos, neste quadro,

completamente desprovidas de sentido".

Para a Dorav (Direcção Regional de Aveiro) do Partido Comunista Português "agora é tempo de a APA (Administração do porto de Aveiro) e a Câmara Municipal de Ílhavo, em estreita cooperação com a AMRIA (Associação de Municípios da Ria) e com os parceiros que intervêm na ria de Aveiro, encontrem soluções que não constituam es atentado ambiental". "É tempo de deitar ao mar o peso da especulação e concentrarem-se no essencial", afirma o comunicado da Dorav do PCP.

A carta do Ministério do Ambiente é resposta a uma interpeção parlamentar feita pelos deputados do PCP Jorge Machado e Miguel Tiago. O projecto da Marina da Barra foi concessionado ao grupo dos Irmãos Cavaço/BPN/Consulmar e ocuparia uma área de cerca de 57 hectares, quase todos no leito da ria de Aveiro. Previa um ancoradouro para 850 embarcações e duas unidades hoteleiras. ■



O PLANO DE CADILHE PARA RELANÇAR O BPN

BPN vai vender activos e aumentar o capital

Um novo aumento de capital está em cima da mesa para viabilizar o BPN. Miguel Cadilhe procura activamente novos investidores, podendo passar até por investidores estrangeiros. A Sociedade Lusa de negócios que também aumentou o seu capital, reequilibrando a sua estrutura accionista poderá reduzir a sua posição no BPN, ao montante mínimo para o controlar (entre os 40 e os 51%).

SEGUNDO disse aos jornais esta semana, o presidente da SLN, Miguel Cadilhe, já tem delineada a estratégia para o BPN: aumento de capital do banco, deixando este de ter um accionista único, venda de vários activos ou a cisão da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) em duas "holdings". Estas são as três das medidas que integram o extenso plano de reestruturação e valorização do grupo, actualmente em análise pelo conselho de administração. Nas primeiras declarações desde que assumiu a

presidência do conselho de administração da SLN, em Junho deste ano, Miguel Cadilhe revelou ao "Diário Económico" o resultado do trabalho de avaliação que está a ser efectuado aos activos da "holding".

"No âmbito do plano de reestruturação e valorização estão a ser equacionadas diversas operações patrimoniais, que visam reforçar a solidez financeira do grupo e concentrá-lo nas áreas que geram mais valor e em que

é possível retirar mais sinergias de grupo", disse o ex-ministro das Finanças.

Recorde-se que o primeiro passo desenhado pela administração de Miguel Cadilhe foi a realização do aumento de capital da SLN em conjugação com a venda de acções próprias, na operação "Cabaz", já realizada.

Assim que assumiu funções, a administração propôs-se "reestruturar e valorizar o grupo SLN". Agora, Cadilhe conta que, da valorização do grupo, faz ainda parte um programa de outras operações patrimoniais, como o aumento de capital do BPN SGPS. Ou seja, com a abertura do capital a novos accionistas, a instituição bancária "deixa de ter um accionista único", até aqui a SLN.

Venda de activos

A venda dos negócios do turismo e do cimento da SLN pode estar também em cima da mesa, sabendo o SEMANÁRIO que Miguel Cadilhe já terá propostas firmes em cima da mesa.

No entanto, Cadilhe disse ao DE que ainda não foram tomadas ou ultimadas as principais decisões sobre as áreas que poderão vir a ser vendidas. Mas, dado o "elevado grau de extensão, dispersão e heterogeneidade" do grupo e o facto de "abranger activos e empresas de múltiplos sectores", Cadilhe confirmou que muitos desses activos "são vendáveis, depressa e bem".

Para além da actividade financeira, concentrada no BPN SGPS, o número de

participadas que constituíam o universo da SLN no final de 2007 ascendia a 140, com negócios em sete áreas distintas: tecnologias, retalho automóvel, saúde, agro-alimentar, imobiliária, indústria e transportes e hotelaria e turismo. Estes negócios não financeiros da "holding" originaram, no exercício de 2007, um prejuízo de 16 milhões de euros.

"O grupo fará bem em desinvestir e libertar-se de certas imobilizações, permitindo reafectar capitais e recentrar-se mais estrategicamente", afirmou Miguel Cadilhe aos jornais.

Banco de Portugal já abriu três processos contra BPN e antigo gestor

O Banco de Portugal (BdP) já instaurou três contra-orde-

nações na sequência das investigações iniciadas há meses ao universo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detém o Banco Português de Negócios (BPN), confirmou fonte oficial do grupo ao "Negócios". Os arguidos destes processos são a SLN, o BPN e um antigo administrador do grupo, cuja identidade não foi possível apurar.

Em causa estão irregularidades que terão sido cometidas sob a liderança de José de Oliveira Costa, o antigo presidente que renunciou ao cargo em Fevereiro, na sequência de pressão dos accionistas e das entidades de supervisão. Contactado pelo "Negócios", o ex-gestor recusou-se a fazer quaisquer comentários sobre a decisão do supervisor. |

**BANCA****BPN confirma instauração de três processos de contra-ordenação**

■ O Banco de Portugal instaurou três contra-ordenações na sequência das investigações à Sociedade Lusa de Negócios (SLN), noticiou ontem o Jornal de Negócios. Contactada, fonte oficial do grupo confirmou ao Diário Económico que "foram instaurados três processos de contra-ordenação do Banco de Portugal contra a SLN, o BPN e um ex-administrador por factos ocorridos antes de 2008". Em causa estará o não reporte da 4,97% do capital próprio detido por "off-shores" e ainda a prestação de informações falsas ao mercado ou incompletas.



BANCA

BdP instaurou três processos contra o BPN

➔ O Banco de Portugal (BdP) instaurou três contra-ordenações na sequência de investigações ao universo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detém o Banco Português de Negócios (BPN), segundo noticiou ontem o "Jornal de Negócios". Os arguidos dos processos são a SLN, o BPN e um antigo administrador do grupo. Em causa, prossegue o jornal, estão irregularidades que terão sido praticadas sob a liderança de José Oliveira e Costa, que renunciou ao cargo em Fevereiro. O recurso a "off-shores" para compra de acções próprias não declaradas como tal e a prestação de informações falsas ao supervisor são algumas das situações em análise, acrescenta a notícia. ■



Cadilhe abre capital do BPN a novos accionistas

A EQUIPA DE GESTÃO DO GRUPO SLN, dono do BPN, já definiu o plano de actuação. Venda de activos ou cisão do grupo em duas 'holdings' também estão em cima da mesa.

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgps.com

Miguel Cadilhe já delimitou o caminho para o BPN: aumento de capital do banco, deixando este de ter um accionista único, venda de vários activos ou a cisão da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) em duas 'holdings'. Estas são as três das medidas que integram o extenso plano de reestruturação e valorização do grupo, actualmente em análise pelo conselho de administração. Nas primeiras declarações desde que assumiu a presidência do conselho de administração

da SLN, em Junho deste ano, Miguel Cadilhe revelou ao Diário Económico o resultado do trabalho de avaliação que está a ser efectuado aos activos da 'holding'. "No âmbito do plano de reestruturação e valorização estão a ser equacionadas diversas operações patrimoniais que visam reforçar a solidez financeira do grupo e concentrá-lo nas áreas que geram mais valor e em que é possível retirar mais sinergias de grupo", disse o ex-ministro das Finanças. Recorde-se que o primeiro passo desenhado pela ad-

O grupo "abrange activos e empresas de múltiplos sectores, muitos dos quais são vendáveis, depressa e bem, e têm compradores interessados".

ministração de Miguel Cadilhe foi a realização do aumento de capital da SLN em conjugação com a venda de acções próprias, na operação "Cabaz", já realizada (ver texto ao lado). Assim que assumiu funções, a administração propôs-se "reestruturar e valorizar o grupo SLN". Agora, Cadilhe conta que, da valorização do grupo, faz ainda parte um programa de outras operações patrimoniais, como o aumento de capital do BPN SGPS. Ou seja, com a abertura do capital a novos accionistas, a instituição bancária "deixa de ter um accionista úni-

co", até aqui a SLN. Outro dos ingredientes do plano traçado é a venda de activos, tal como o Diário Económico noticiou recentemente, que poderão passar pelos negócios do turismo e do cimento. No entanto, Cadilhe diz que ainda não foram tomadas ou ultimadas as principais decisões sobre as áreas que poderão vir a ser vendidas. Porém, dado o "elevado grau de extensão, dispersão e heterogeneidade" do grupo e o facto de "abranger activos e empresas de múltiplos sectores", Cadilhe confirma que muitos desses activos

PARTICIPADAS

Número no final de 2007

140

PREJUÍZO

Área não financeira em 2007

16 milhões

ACTIVIDADE

Áreas de actuação

7



“Do plano faz ainda parte um programa de outras operações patrimoniais, como o aumento de capital do BPN.”

Em estudo está também “a venda de vários activos ou a cisão da SLN SGPS em duas ‘holdings.’”

“A nosso ver, o grupo fará bem em desinvestir e libertar-se de certas imobilizações, permitindo reafectar capitais e recentrar-se mais estrategicamente.”

“Todas as operações patrimoniais encontram-se em análise.”

Miguel Cadilhe, que assumiu o conselho de administração da Sociedade Lusa de Negócios em Junho deste ano, propôs-se executar um plano de “reestruturação e valorização do grupo”, com vista a reforçar a solidez financeira.

“Operação cabaz foi um êxito”

REFORÇO DOS accionistas mostra confiança no projecto, diz Cadilhe.

Sandra Almeida Simões
 ssimoes@economicasgtps.com

“Foi um êxito pleno”. É desta forma que Miguel Cadilhe, presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), descreve a “Operação Cabaz”. Esta compreendia o aumento de capital social do grupo em conjugação com a venda de acções próprias. Tratou-se ainda do primeiro plano traçado pela sua equipa, com vista à “reestruturação e valorização” da ‘holding’.

“A operação foi integralmente colocada. Foram colocadas 100% das acções da operação – 235,5 milhões de novas acções e 23,5 milhões de acções próprias vendidas, o que permitiu um encaixe de 300 milhões de euros”, revela o presidente do conselho de administração da dona do BPN. Com esta operação, o capital social da SLN aumentou para 706,4 milhões de euros.

“Os 10 maiores passaram de uma posição de quase 49% para mais de 64% do capital”, confirmou Cadilhe. Entre estes investidores estão Manuel Neves dos Santos, Adelino Silva, Joaquim Coimbra e Almiro Jesus Silva.

No que se refere aos novos accionistas, o ex-candidato à liderança do BCP salienta a entrada do Grupo Valouro, ligado às rações, que passou a deter uma participação de 5,3% do grupo SLN. Estas mudanças no capital da SLN terão sido possíveis porque alguns dos accionistas não foram ao aumento de capital. Um deles terá sido o próprio José Oliveira Costa, que foi até ao início deste ano o presidente da SLN e do BPN, e que deverá agora ter baixado a posição, que era antes de cerca de 7%. ■ **com M.R. e M.A.B.**

Tendo em conta a desfavorável conjuntura económica e financeira, Miguel Cadilhe diz que foi uma “operação simples, bem concebida e bem executada”.

Após a “Operação Cabaz”, registou-se um reforço do maior accionista, que é a SLN Valor, SGPS, tal como o Diário Económico já tinha adiantado. “Esta sociedade e a sua dominada Urbigarden, SA, formam um bloco accionista que elevou a sua participação para mais de 44% do novo capital social”. O ex-ministro das Finanças mostra-se, assim, satisfeito com o resultado, e diz mesmo que este reforço é um “esforço financeiro notável e uma demonstração inequívoca de confiança no projecto”, por parte dos accionistas.

O aumento de capital da ‘holding’ veio assim redefinir a estrutura accionista e permitir um reforço do núcleo duro dos investidores históricos da sociedade.

“Foi uma operação simples, bem concebida e bem executada, em plena conjuntura geral desfavorável dos mercados financeiros.”

“O reforço [...] é um esforço financeiro notável e uma demonstração inequívoca de confiança no projecto.”

“são vendáveis, depressa e bem, e têm compradores interessados”.

Para além da actividade financeira, concentrada no BPN SGPS, o número de participadas que constituíam o universo da SLN no final de 2007 ascendia a 140, com negócios em sete áreas distintas: tecnologias, retalho automóvel, saúde, agro-alimentar, imobiliária, indústria e transportes e hotelaria e turismo. Estes negócios não financeiros da ‘holding’ originaram, no exercício de 2007, um prejuízo de 16 milhões de euros.

“O grupo fará bem em de-

sinvestir e libertar-se de certas imobilizações, permitindo reafectar capitais e recentrar-se mais estrategicamente”, afirma Miguel Cadilhe.

O ex-ministro das Finanças não se compromete com datas para a concretização das próximas operações, apenas revela que todas estas operações patrimoniais se encontram em análise e “a seu tempo serão objecto de deliberações, nos sítios certos”.

Em cima da mesa da equipa de Cadilhe está também a cisão da SLN SGPS em duas ‘holdings’: “Uma para a área financeira, que po-

derá ser o próprio BPN, SGPS, e outra para a área não financeira”, adianta.

A escolha de activos para alienar deverá assim ter em conta as áreas em que existem sinergias com o negócio financeiro e poderão ajudar a rentabilizar a actividade bancária. Assim, entre os activos para alienar estarão negócios totalmente distantes do negócio ‘core’, o financeiro. Áreas como a saúde e o retalho automóvel podem funcionar em simultâneo com a banca e os seguros (Real Seguros), por exemplo, no financiamento automóvel. ■ **com M.R. e M.A.B.**

Três caminhos

■ **Aumento de capital do BPN, deixando a SLN de ser a única accionista.**

■ **Venda de activos não estratégicos, nomeadamente na área não financeira.**

■ **Reestruturação da SLN, com a sua divisão em duas ‘holdings’ para as diferentes grandes áreas de negócio.**

CAPITAL

social actual da SLN

706 milhões

BANCA

Banco de Portugal já abriu três processos contra BPN e antigo gestor

Irregularidades terão sido cometidas sob a liderança de Oliveira Costa

Maria João Gago
mjgago@mediafin.pt

O Banco de Portugal (BdP) já instaurou três contra-ordenações na sequência das investigações iniciadas há meses ao universo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detém o Banco Português de Negócios (BPN), confirmou fonte oficial do grupo ao **Negócios**. Os arguidos destes processos são a SLN, o BPN e um antigo administrador do grupo, cuja identidade não foi possível apurar.

Em causa estão irregularidades que terão sido cometidas sob a liderança de José de Oliveira Costa, o antigo presidente que renunciou ao cargo em Fevereiro, na sequência de pressão dos accionistas e das entidades de supervisão. Contactado pelo **Negócios**, o ex-gestor recusou-se a

fazer quaisquer comentários sobre a decisão do supervisor.

A semelhança do que se passa no Banco Comercial Português, também no caso da SLN uma das situações mais graves diz respeito ao facto de a "holding" ter recorrido a sociedades "off-shores" para comprar acções próprias que não foram declaradas como tal. Consequentemente, estará também em cima da mesa a prestação de informações falsas ou incompletas ao supervisor.

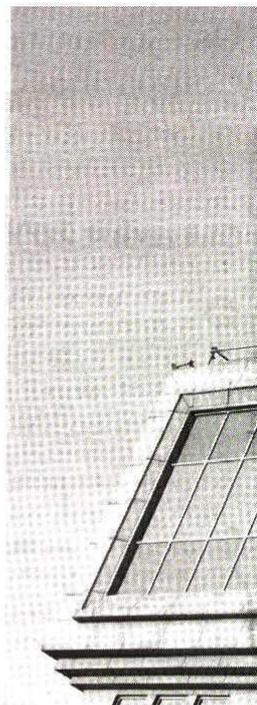
Segundo foi reconhecido no relatório e contas referente a 2007, já depois da saída de Oliveira Costa, a administração então liderada por Abdool Vakil descobriu a "existência de acções da SLN SGPS detidas por entidades cujo último beneficiário é a SLN SGPS, numa percentagem de 4,97%". Como até



Se o supervisor concluir que as contas não reflectiam a realidade do grupo, terá de enviar os indícios criminais detectados para o Ministério Público.



José de Oliveira Costa | Antigo presidente do BPN renunciou ao cargo em Fevereiro.



há poucos meses, esta situação nunca tinha sido reportada, pode mesmo estar em causa a existência de contabilidade falsa. Uma prática que é considerada crime público e que levará o Banco de Portugal a enviar para o Ministério Público os indícios criminais que venham a ser detectados.

Arguidos arriscam coimas e inibições

Independentemente deste componente do processo, o Banco de Portugal tem competência para aplicar coimas que, de acordo com a legislação actual, podem chegar a 2,5 milhões de euros quando o arguido for uma sociedade e a um milhão de euros no caso de pessoas singulares. No entanto, não é de excluir que, na altura em que o supervisor venha a decidir, já es-



Dos três processos instaurados, dois visam o grupo SLN - o BPN é arguido nos dois e a "holding" num deles. O terceiro diz respeito a antigo gestor do grupo.

tejam em vigor as sanções mais pesadas, propostas pela equipa de Vítor Constâncio à tutela.

Além disso, no caso do antigo administrador, a entidade de supervisão pode ainda optar por inibir a pessoa em causa do exercício de funções de gestão bancária por um período que pode oscilar entre três e dez anos. Certo é que a instituição liderada por Vítor Constâncio já poderá divulgar publicamente as sanções aplicadas no âmbito deste processo.

Das três contra-ordenações instauradas pelo Banco de Portugal, o grupo SLN é visado em dois processos. Em ambos é arguido o BPN, já a "holding" de topo apenas é visada numa deles. A terceira contra-ordenação visa apenas um antigo administrador do grupo.

Acções próprias influenciarão resultados

Foi já depois de Fevereiro de 2008, na sequência da saída de José de Oliveira Costa, que a administração da Sociedade Lusa de Negócios detectou que havia sociedades "off-shores" detidas pelo grupo que controlavam 4,97% do seu próprio capital sem que tal tivesse sido reportado. Esta descoberta motivou mesmo uma reserva às contas no relatório referente ao exercício do ano passado. Além disso, no documento de prestação de contas, a equipa liderada por Abdool Vakil - que assumiu a liderança entre a saída de Oliveira Costa e a eleição de Miguel Cadi-

lhe - dizia estar a "analisar o real impacto desta situação por forma a determinar os termos e os efeitos que a mesma virá a ter nas demonstrações financeiras de 2008". Certo é que, também por causa disso, a equipa de Miguel Cadi- lhe lançou uma operação de levantamento de fundos próprios, através de um aumento de capital e da venda de acções próprias, destinada a arrecadar 300 milhões de euros. A iniciativa levou já ao reforço da participação accionista da SLN Valor de 31,5% para cerca de 45%, além da entrada do Grupo Valouro, com 5% do capital.

'Off-shores' ditam investigação no BCP e BPN

As duas principais investigações que o Banco de Portugal tem em curso - ao Banco Comercial Português e ao universo Banco Português de Negócios - estão relacionadas com a utilização irregular que estas instituições terão dado a sociedades sediadas em "off-shores". No caso do BCP, está em causa o facto de o banco ter financiado veículos sediados em paraísos fiscais que, por seu turno, usaram aqueles fundos para adquirirem acções do próprio BCP. Além disso, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários recolheu indícios, já enviados para o Departamen-

to de Investigação e Acção Penal (DIAP), de que aquelas sociedades terão realizado diversas transacções bolsistas com títulos do BCP que configurarão crime de manipulação de mercado. No universo BPN, controlado pela Sociedade Lusa de Negócios (SLN), as "off-shores" terão sido utilizadas para adquirir acções da SLN a accionistas da "holding" que desejavam vender títulos. Este mecanismo terá sido usado para dar liquidez às acções em detrimento da dispersão em Bolsa do grupo, que a anterior administração prometia há vários anos mas que nunca chegou a ocorrer.



NEGOCIAÇÃO

Mediação já abrange 70 clientes do BCP

O processo de mediação que o BCP decidiu promover para resolver as queixas de clientes que adquiriram acções do banco nos aumentos de capital de 2000 e 2001 com empréstimos da instituição já abrange 70 pequenos investidores, segundo noticiou o "Expresso" no sábado. No entanto, este número poderá aumentar, uma vez que o banco terá recebido 400 queixas, a maior parte das quais estão ainda a

ser analisadas pela instituição liderada por Carlos Santos Ferreira. A mediação propriamente dita, que está a cargo da CMVM, deverá ter início em breve. No entanto, ao que o **Negócios** apurou, ainda não está agendada qualquer reunião entre os 100 queixosos que são representados pela DEFCON, a associação de defesa dos interesses dos auto-designados "lesados do BCP".

Miguel Baltazar

Cadilhe tem em curso reestruturação do grupo

➔ Assim que assumiu funções de presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e do Banco Português de Negócios, no final de Junho, a prioridade de Miguel Cadilhe foi reforçar os fundos próprios da instituição. A "Operação Cabaz", destinada a levantar 300 milhões de euros, visou responder às exigências do Banco de Portugal, mas também às necessidades da própria instituição. Este foi, aliás, o primeiro passo no processo de reestruturação do grupo que vai conduzir à alienação de activos não estratégicos, designadamente da área não financeira da SLN. Segundo o "Diário Económico", no topo da lista de alienações estarão as empresas que operam na área da hotelaria e de comercialização de cimentos. Paralelamente, está em curso uma auditoria extraordinária e independente à SLN. Esta missão foi entregue à Deloitte e deverá prolongar-se durante os próximos meses, estando previsto que a empresa de auditoria vá elaborando relatórios intercalares com base nos quais a equipa de Miguel Cadilhe deverá ir tomando decisões que se revelem necessárias.

**BCP contesta em tribunal segunda contra-ordenação da supervisão**

Maria João Gago
mjgago@mediafin.pt

O BCP decidiu impugnar judicialmente a contra-ordenação muito grave de que foi acusado pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) pelo facto de a instituição ter financiado clientes para que estes comprassem acções do banco nos aumentos de capital de 2000 e 2001. Esta é a segunda condenação dos supervisores que o BCP contesta nos tribunais, depois da impugnação da contra-ordenação decidida pelo Banco de Portugal (BdP) a propósito dos créditos concedidos a empresas controladas por um dos filhos de Jardim Gonçalves, ex-presidente do banco.

Em ambos os processos estão em causa coimas elevadas. O BdP condenou o BCP ao pagamento de uma multa que ascende a 700 mil euros, enquanto a CMVM aplicou uma coima de três milhões, na sequência da redução do valor de 5,65 milhões de euros, que resultaria da soma simples das 100 multas aplicadas a igual número de infrações detectadas.

A decisão da CMVM previa a suspensão do pagamento de 2,5 milhões mediante o cumprimento de determinadas condições. No entanto, como o BCP recorreu da contra-ordenação, "torna-se impossível a suspensão da coima", refere o comunicado divulgado ontem pela entidade de supervisão. Sendo assim, o banco deixa de estar obrigado a cumprir as condições impostas pela Comissão, entre as quais se previa, por exemplo, o pagamento de indemnizações aos pequenos inves-

tidores que aceitassem a proposta negociada no âmbito do processo de mediação entretanto lançado pelo grupo.

Pequenos investidores temem pelo seu interesse

O facto de o processo passar agora para os tribunais "põe em causa os interesses dos pequenos accionistas", defendem os responsáveis pela DEFCON, associação que representa 100 dos auto-denominados "lesados do BCP". Esta entidade receia que a impugnação leve a que os pequenos accionistas "mais uma vez terão de aguardar por decisões judiciais para verem ressarcidos os seus danos".

A DEFCON, que tem sido muito crítica quanto às condições impostas pelo BCP para aceitar a adesão de queixosos ao procedimento de mediação, diz mesmo que "a impugnação é a prova de que nada mudou na administração do banco, apenas uns nomes. A atitude é a mesma, esconder a verdade". E recorda que, "pelo passado, sempre duvidámos que [o pagamento de indemnizações] venha a acontecer fora dos tribunais".



A DEFCON, que representa 100 pequenos accionistas do BCP, receia que a impugnação da decisão da CMVM ponha em causa as suas indemnizações.

As 100 infracções

- **Intermediação excessiva** BCP incitou clientes a comprarem acções, com crédito da instituição, tendo como "fim principal a cobrança de comissões ou outro objectivo estranho aos interesses do cliente", o que a lei proíbe (uma coima).
- **Existência de conflito de interesses** Banco não deu "prevalência aos interesses do cliente", sobre os seus próprios interesses (41 coimas).
- **Não manutenção de documentos** BCP não manteve documentos exigidos (57 coimas).
- **Falta de informação** Banco não deu informação completa ao supervisor (uma coima).

Banco de Portugal abre três processos contra o BPN

Supervisor notificou a SLN, o BPN e um ex-gestor como arguidos das contra-ordenações



→ Em causa está o não reporte de 4,97% de capital próprio detido por “off-shores”

O Banco de Portugal já instaurou três contra-ordenações na sequência das investigações à Sociedade Lusa de Negócios, que detém o BPN. Além das sociedades, é visado

um ex-gestor do grupo, cuja identidade não foi possível apurar. Na mira do supervisor está o facto de a SLN não ter reportado que tinha 4,97% de capital próprio. **Pág. 8 e 9**



REESTRUTURAÇÃO

Cadilhe estuda venda de áreas não estratégicas

A SLN está a estudar a venda de algumas áreas de actividade, depois de os accionistas injectarem €300 milhões no grupo BPN

Depois do aumento de capital de €300 milhões subscrito "com êxito" pelos principais accionistas da Sociedade Lusa de Negócios SGPS (SLN), o presidente da holding que controla o BPN não perde tempo e está já a analisar, entre as áreas não financeiras, o que pode e deve ser vendido. O objectivo, segundo

fontes próximas da instituição, é limpar as contas do grupo e focalizar a actividade no desenvolvimento das áreas financeiras.

Mas a equipa de Cadilhe estará também a olhar o universo da SLN, para corresponder também a uma exigência do Banco de Portugal: a reestruturação do grupo por áreas de negócio — financeira, não financeira e internacional — de forma clara e transparente.

Questionados sobre que tipo de activos estão a ser analisados para futura alienação e se equa-

cionam sair de empresas onde detêm participações financeiras, responsáveis do BPN referiram que "relativamente a avaliações e operações patrimoniais, o assunto ainda está em análise".

Cadilhe quer ter o dossiê das avaliações fechado já em Setembro, para que este possa ser aprovado. Na calha poderá estar a venda de activos não financeiros, como a área dos cimentos e hotelaria, como já referiu o 'Diário Económico', mas também alguns investimentos e participações feitos na área da saúde, que

não tragam mais-valias directas ao negócio financeiro da banca e seguros, onde existem algumas sinergias, diz fonte do BPN, adiantando que "tudo depende da equação que for feita".

Quanto à nova estrutura accionista da SLN, a Operação Cabaz (nome dado ao aumento de capital) registou um reforço do maior accionista, a SLN Valor. Esta sociedade e a sua dominada Urbigarden, uma sociedade imobiliária, elevaram a sua participação de 32,65% para 44,35% no capital da SLN que controla

a 100% o BPN. Segundo o BPN, esta foi "uma demonstração inequívoca de confiança no projecto e no processo de reestruturação e valorização empreendido pela actual administração".

O Expresso tentou apurar qual a posição com que cada um dos principais accionistas ficou, mas o banco remeteu a informação para mais tarde. Adiantou apenas que entre os novos accionistas encontra-se o grupo Valouro, com 5,3%.

ISABEL VICENTE
ivicente@expresso.pt

REESTRUTURAÇÃO

■ A administração de Miguel Cadilhe está a analisar todas as participadas e operações do grupo para rentabilizar a instituição financeira e vender activos não estratégicos

■ Depois da subscrição total do aumento de capital, os accionistas esperam mais-valias



ÚLTIMA HORA Aumento de capital da dona do BPN



Miguel Cadilhe foi eleito presidente da Sociedade Lusa de Negócios em Junho deste ano.

Paula Nunes

Núcleo duro reforça na SLN

PRINCIPAIS ACCIONISTAS já controlam 45% do capital do grupo

O núcleo duro de accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) reforçou o seu peso no controlo da 'holding' que detém o BPN, de 32% para cerca de 45%, apurou o Diário Económico.

Estes investidores aproveitaram o aumento de capital da SLN, que terminou sexta-feira e que resultou num reforço de 300 milhões de euros. A operação não terá sido acompanhada de igual forma por todos os accionistas, o que deu lugar a uma reorganização da estrutura accionista do grupo. Do núcleo duro de investidores da SLN, que agora reforçou a sua posi-

ção conjunta, fazem parte Manuel Neves dos Santos, Adelino Silva, Joaquim Coimbra e Almiro Jesus Silva. Esta operação foi feita através de um aumento do capital social e de uma

venda de acções próprias. Este reforço conjugou um aumento de capital em 50% e a venda de acções próprias em 5%.

Este aumento de capital, designado por 'operação cabaz', foi uma das primeiras medidas da administração de Miguel Cadilhe para reestruturação da SLN e do BPN. Para além de recuperar a solidez financeira do grupo, a nova equipa estará a avaliar a sua carteira de investimentos, para decidir quais destes serão activos a alienar. A SLN possui, actualmente, mais de 100 participadas, em áreas como a banca, saúde, seguros e imobiliário. ■

■ AUMENTO DE CAPITAL

A SLN, dona do BPN, terminou sexta-feira um reforço de capital de 300 milhões de euros.